

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

Marcela Vinhático de Miranda

BRASIL, UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

Uma análise do Governo Brasileiro e sobre o atual fenômeno “nova classe média”.

Brasília, DF

2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Marcela Vinhático de Miranda

BRASIL, UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

Uma análise do Governo Brasileiro e sobre o atual fenômeno “nova classe média”.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr Carlos Alberto Ferreira Lima

Linha de pesquisa: Contabilidade Pública e sociedade

Área: Contabilidade Pública

Brasília, DF

2013

MIRANDA, Marcela Vinhático de

Brasil, um país de classe média? Uma análise do Governo Brasileiro e sobre o atual fenômeno “nova classe média” / Marcela Vinhático de Miranda -- Brasília, 2013.

36 p.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, /1º Semestre letivo de 2013.

Aos meus pais, Annette e Manoel por me fazerem ser quem sou hoje.

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente agradeço a Deus por me permitir estar onde estou e por ter me dado força para vencer até hoje. Agradeço aos meus pais, pelos ensinamentos e apoio em todos os momentos.

Agradeço em especial ao meu orientador Carlos Lima, sem ele, com certeza teria sido difícil conseguir.

Agradeço também todos os meus amigos pela paciência e pela força, em especial à Raffael Duarte e Aline Borges que seguraram a barra junto comigo.

Por fim agradeço à compreensão e apoio de minha equipe no trabalho: Paulo, Aretusa e Leonardo.

“No dia em que todo brasileiro comer todo dia, quando toda criança tiver um primeiro grau completo, quando cada homem e mulher encontrar um emprego estável em que possa progredir, se edificará aqui a civilização mais bela deste mundo. É tão fácil; estendendo os braços no tempo, sinto esta utopiazinha nossa se realizando” Darcy Ribeiro

BRASIL, UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

Uma análise do Governo Brasileiro e sobre o atual fenômeno “nova classe média”.

RESUMO

O artigo aqui descrito vem para fazer uma análise teórica sobre o atual fenômeno intitulado pelo atual governo de “nova classe média”. O aparecimento desta nova classe levanta dúvidas sobre sua origem, classificação e contexto dentro da economia brasileira. Passando por diversas modificações, a macroeconomia do Brasil passou por momentos de instabilidade, altíssimos índices de inflação e desemprego, além de momentos de melhoria e estabilidade. Após implantação do neoliberalismo e abertura econômica, a condição do trabalhador brasileiro se alterou e o emprego informal apareceu trazendo uma nova condição de vida para uma camada da população. O PT com o assistencialismo e políticas de assistência à sociedade como (Bolsa Família, Brasil sem miséria, Brasil Carinhoso), além da certa melhora do ambiente inflacionário e econômico, ajudaram na melhoria de condição dos brasileiros, que passaram a consumir cada vez mais. É nesse contexto que o governo denomina essa gama de brasileiros de “nova classe media”, termo que, segundo o estudo, tem classificação imprópria vista que não demonstra a realidade do país, desigual, e reforça o interesse político partidário: mascarando o Brasil que não é de classe média e sim de maioria pobre.

Palavras chave: Nova classe média. Renda. Consumo. Classe.

1. INTRODUÇÃO:

O Brasil evoluiu muito ao longo dos anos. Evolução no modo de produzir, no modo de governar, no modo de tratar seus trabalhadores e no modo com que a sociedade se constitui.

Hoje, em 2013, vê-se publicado nos jornais do Brasil e do mundo que temos um país menos pobre, com menos desigualdades, com uma população menos miserável, com 53% de sua população pertencente à classe média: “um país de nova classe média”.

À luz de uma problemática atual, uma nomenclatura atual, um novo patamar para o trabalhador brasileiro, questiona-se: de onde surge essa nova classe média? Os resquícios macroeconômicos a partir da década de 1960 até os dias atuais tornam-se indispensáveis no entendimento da origem do termo e dessa classe de trabalhadores que ascendeu no país junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus governantes.

O neoliberalismo, a abertura do mercado interno para capitais externos, o arrocho salarial, os sindicatos e as pressões sofridas pela população são alguns dos temas chaves no entendimento da caminhada do trabalhador brasileiro, que apresenta uma jornada maçante no galgar de sua posição atual.

Atualmente os governantes expõem números que não contemplam com perfeição a realidade brasileira. O Brasil apresenta uma infraestrutura defasada, com milhões de pessoas morrendo em filas de hospitais, um Governo que a cada dia se escandaliza com mais corrupção, com milhões de pessoas nas ruas. Ainda assim, por dados oficiais considera-se um país com 53% de sua população localizada na classe intermediária, abrindo espaço às especulações políticas das mais diversas de fins escusos. Atualmente os governantes expõem números que não contemplam com perfeição a realidade brasileira.

Temos o início do provável jogo político em que o Governo domina a informação e a expõe da forma que achar conveniente. A leve melhora na macroeconomia, além do incentivo por parte do Governo com programas assistencialistas e aumento de crédito para a população promoveu uma melhora na condição da classe proletária. A base da pirâmide social se vê em um contexto antes não visto.

O fato concreto é que sim, o Brasil teve pequenas evoluções ao longo de sua história até hoje, porém “crescer” economicamente não permite que os brasileiros recebam todos os benefícios indispensáveis para serem considerados residentes de um país melhor, não os dá a melhor condição de vida necessária. Apesar de crescer, o Brasil continua com uma alta gama de exclusão social. (SOUZA, 2012) Elucida: “(...) Considerar apenas ascensão econômica a partir do aumento salarial, enfatiza, resulta “encobrir conflitos sociais e justificar com recursos pseudocientíficos o mundo injusto como ele é (...)”

Hoje existem televisores de tecnologia LCD nas favelas, notebooks, tablets, e carro na garagem. É aí que começa o problema. São esses novos compradores, que parcelam o seu consumo nos cartões de crédito, que comprometem mais de 20% de seu salário mensal a “nova classe média” brasileira? Vive-se bem com a renda que os estratifica nessa condição? Existem contrapartidas do Governo, como saúde, educação e o básico de assistência?

O movimento que ocorre com a melhora relativa da condição de vida desse estrato social é discutido neste trabalho. O presente estudo tem como objetivo responder às problemáticas: existe realmente uma nova classe média no Brasil? O conceito é adequado à realidade do país?

Para os padrões internacionais como os da Europa e os da América do Norte, ainda estamos longe de sermos considerados um exemplo e, apesar de certo crescimento e melhora no quadro macroeconômico do país, ainda temos os indicadores sociais com as maiores desigualdades do mundo.

2. METODOLOGIA

Para confecção do trabalho foram utilizadas fontes bibliográficas diversas e autores renomados a fim de se obter uma discussão com argumentos embasados.

A pesquisa para o desenvolvimento do trabalho é de ordem quali-quantitativa visando o descortinar o fenômeno socioeconômico como apresentado pelo governo. Neste sentido o método, por nós utilizado, explicita claramente que todo fato passível de ser investigado nas ciências humanas é necessariamente produto da práxis social. Assim, os dados empíricos se nos apresentam como simples *representação* do real mas não se constituem na realidade. Desta forma, a *totalidade concreta* é composta da dualidade fenômeno-essência. Devemos, portanto, ter bem claro que

[...] Não são os dados que iluminam a realidade: é a determinação do real que dá sentido aos dados numéricos. ¹ [...] Mannheim observava que alguns fenômenos, pelo fato de serem mensuráveis (ou porque pensamos que o sejam, poderíamos acrescentar), passaram a ser levados em exclusiva conta, com a conseqüente minimização da importância de outros fenômenos ou aspectos significativos para a explicação da realidade, pelo simples fato de os mais importantes não serem mensuráveis. Também as mudanças qualitativas dos fenômenos, a partir de certos limites quantitativos, são ignorados pelo empirismo abstrato. O PNB, por exemplo, ao crescer, se torna mais bélico, espacial, destrutivo e, portanto, muda ao crescer: o conteúdo consumível, distribuível, diminui em relação ao inconsumível, ao não-redistribuível. ²

Os dados utilizados para comprovar alguns aspectos do fenômeno social foram retirados dos sites do Governo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) e da Secretaria de assuntos especiais do governo (SAE) servindo de embasamento para a discussão. Além de consultas aos sites da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Banco Central (BACEN).

Buscou-se analisar os mandatos dos três últimos governantes, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e a atual presidente Dilma Roussef e contextualizá-los na dinâmica do processo acumulativo brasileiro macroeconômico de 1960 a 2013.

¹ Ibid. p.9.

² CAMPOS, Lauro. *Inflação: um problema metodológico - além do estruturalismo enganado*, BSB, SF, 1999, p. 10.

O trabalho está dividido em 5 seções. Começando pela introdução, seguido de contexto histórico, discussão sobre o que é a classe média brasileira, o que é classe social, o que é classe média e finalizando com a conclusão.

Reportagens via Youtube de economistas de renome também foram utilizadas no suporte da pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO:

3.1 Contexto Histórico

A economia do país, seu comportamento governamental e seus indicadores sociais devem ser contextualizados na tentativa de entender a dinâmica social que tem apresentado substantivas modificações a partir do Plano Real e da abertura econômica.

O Brasil é um país que passou por conturbadas modificações em suas estruturas políticas. A seção presente visa analisar a história econômica do país, fazendo um breve histórico a partir de 1960 e seguindo com foco maior a partir da década de 1990 nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luis Inácio Lula da Silva (Lula) e o presente mandato de Dilma Rousseff, identificando o que o Governo chama de nova classe média e situando a economia brasileira nos períodos.

Na década de 60 o Brasil passou por um período de muita tensão econômica. De 1962 a 1967 houve uma acentuada desaceleração da economia. De 1968 a 1973 ocorreu o chamado “milagre econômico” e consequente aprofundamento da internacionalização da economia em um país que estava passando por uma violenta ditadura militar: anos de chumbo. É dentro deste contexto que ocorre a reestruturação produtiva onde de um lado havia a produção de bens duráveis, visando o mercado interno, restrito, e de outro a produção voltada para exportação de produtos industrializados. Ocorre então, um processo de exploração da força de trabalho com péssimas condições aos trabalhadores e jornadas extensas de trabalho. O milagre econômico trouxe para o país o que se chamou de “binômio ditadura e acumulação, arrocho e expansão”. (ANTUNES; POCHMANN, 2008)

A década de 70, conhecida como década do “milagre econômico”, auge da ditadura militar no Brasil, apresentou alto dinamismo no setor industrial que trouxe como consequência alta expansão econômica para o país, além de ter sido também o ponto chave responsável pela criação de muitos empregos na época. Em paralelo, destaca-se a movimentação dos segmentos sociais, em destaque especial o êxodo rural com a modernização do campo. Essas mudanças trouxeram a alteração das estruturas produtivas e trabalhistas na sociedade brasileira, que, em conjunto ao processo forte de produção capitalista, trouxeram os princípios de exclusão social no país. (POCHMANN, 2011).

O período trouxe sim uma situação de prosperidade para os brasileiros, porém não para todos. A acumulação do capital em curso causou uma concentração exacerbada de renda nas mãos das classes mais ricas, o que acentuava a enorme situação de desigualdade social. Resume-se que, o “milagre econômico” só atingia parte da população, o resto não pôde saborear tal prosperidade. O custo social foi alto para o Brasil e agravado com a pressão militar que impedia a organização livre por parte dos trabalhadores ou das camadas sociais mais pobres, que eram tratadas com extrema violência e repressão. Assim, o proletariado se via impedido de quaisquer melhorias em suas condições de vida.

Nos 10 anos seguintes à década de 1970, pode-se observar uma conjuntura internacional se modificando. No contexto internacional, os países dão ouvidos aos ideais neoliberais, que em resumo, defendem menor participação do Estado na economia. O neoliberalismo começa a assolar o panorama externo com o Consenso de Washington e respinga no Brasil a cada ano, porém consolida-se apenas na década seguinte. No país, observam-se as consequências do fim regime militar. À Luz da “Década Perdida”, a década de 1980 foi marcada pelas “Diretas Já”, pela Constituição de 1988, por sindicalismos fortes em busca de melhores condições salariais meio a um contexto macroeconômico de altíssima inflação e economia estagnada.

Almeida (2009, p. 272) elucida que: “ (...) a subordinação do governo brasileiro aos ditames das organizações multilaterais, representativas dos interesses dos personas do imperialismo levaram o país, especialmente os trabalhadores, a uma situação desesperadora. “

Completa afirmando que 2009, p. 272):

“(…) Nos anos 80 os trabalhadores estiveram mais organizados e mobilizados na defesa dos seus legítimos direitos, o resultado lógico é que estivessem mais fortes contra a exploração do capital. (...) a mobilização dos trabalhadores na década de 80 foi muito maior do que viria a ser em 90. Com a abertura comercial e financeira, as privatizações e a desregulamentação, nos dez anos componentes da década em que postos de trabalho desapareceram, assim, muitas indústrias privadas foram a falência, processo este que teve um impacto bem menor sobre o desemprego dos anos 80 do que aquele ocorrido nos anos 90, por conta da ofensiva da ideologia neoliberal e das privatizações e fusões de empresas.”

Em 1980 as taxas de crescimento não passaram de 1,8%, pífias, se comparadas com a década anterior que cresceu em média 7%. (ALMEIDA, 2009).

Em 1990 pode-se perceber que existe um movimento de subemprego no país oriundo da forte industrialização dominante. Os trabalhadores aos poucos foram sendo

trocados por máquinas e os poucos que sobram nos campos foram submetidos a condições desfavoráveis de trabalho e salários não compensatórios. O Brasil assim caminha para o aumento do desemprego e abertura de portas para o subemprego e para o mercado de serviços independentes: o mercado informal.

Fernando Henrique Cardoso, assumido praticante de ideias neoliberais, ao assumir o comando do Governo brasileiro, com a instauração do Plano Real, tinha como objetivo central garantir demanda para as mercadorias dos países hegemônicos. O mundo se aproveitou do processo de industrialização e produziu um excedente não mais suportado por suas próprias economias, tendo que buscar mercado fora. É assim que o Brasil abre as portas para o mercado externo, servindo de demanda para essa superprodução de itens de consumo como linha branca e carros em detrimento de sua indústria, de sua produção, levando a economia interna, o mercado de trabalho e os trabalhadores assalariados a não terem mais sustento dentro do contexto.

O processo de abertura econômica só foi possível por meio de medidas como a sobrevalorização do real, responsável pela entrada de produtos importados no Brasil a um preço inferior ao do mercado mundial, e ao congelamento salarial, que traz consigo a perda do poder de compra das classes trabalhadoras. Este poder de compra assim é transferido para as elites que passam a consumir o excedente econômico oriundo da abertura do mercado.

Em resumo, tem-se que a política de valorização da moeda brasileira, marco do Governo FHC, trouxe à submissão do país em relação aos países hegemônicos. A valorização do real possibilitou a importação crescente de produtos de luxo que não tinham demanda nos seus países de origem. Assim, obedecia-se fielmente às determinações do capital internacional, fazendo o Brasil de escoadouro de mercadorias sobreacumuladas nos países hegemônicos.

A grande demanda de produtos internacionais dentro do país e a consequência de desvalorização da indústria interna fez com que o país passasse por uma situação de alerta. Internamente a concorrência era desleal e o poder de consumo para os produtos era de domínio exclusivo da classe burguesa. Os proletários, assim, buscaram outra alternativa através da informalidade de suas funções. O país não conseguia suportar a carga desses trabalhadores, não havia empregos e nem a criação destes. O surgimento da informalidade existiu, porém não se pode considerar trabalho sem carteira assinada

como emprego, estes trabalhadores engordam o número real de desempregados no Brasil.

Enquanto a apropriação de riqueza por parte das economias retardatárias como o Brasil representa o saldo positivo, o negativo é aumentado pela dívida externa.

Em contrapartida, no seu segundo mandato, FHC passou a diminuir a oferta de mercadorias no país exportando os produtos que fazem parte da cesta de consumo do trabalhador. O recebimento em dólar era trocado no Banco Central, provocando um alargamento da base monetária, tudo isso constituindo um processo claro de inflação. Para evitá-la, o Governo emite títulos, aumentando a dívida pública. Pode-se observar então um contraponto entre a inflação e a dívida pública.

Desde o início do Plano Real o governo de FHC adotou uma política de juros altos, que vigora até os dias atuais no Brasil, para garantir lucro e dar garantias aos investidores com as mudanças do câmbio. Porém, essa política dobrou, em 1999, a dívida pública em relação ao PIB.

O Plano Real marcou o início do desenvolvimento da política de juros altos, adotada por FHC, para tornar o país mais atrativo aos dólares do mercado externo, trazendo também a necessidade de que o Brasil fosse capaz de cumprir os compromissos assumidos. É dentro desse contexto que é criada a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), tendo como base a garantia aos credores de que compromissos assumidos se cumpririam de fato. É importante ressaltar que, naquela época, o controle do déficit orçamentário e da dívida pública já havia alçado a uma posição de preocupação central e permanente das políticas econômicas formuladas e disseminadas por organismos financeiros internacionais.

(POCHMANN, 2011) demonstra em seu livro “Nova classe média?” as transformações que o Brasil viveu no século XXI. Identifica duas tendências contrastantes na relação ao comportamento das rendas do trabalho e da produtividade no país. A primeira, que durou 9 anos, foi marcada por queda do salário na renda, concomitantemente houve a expansão das rendas da propriedade. Ilustra demonstrando que a renda do trabalho perdeu 9 pontos percentuais dentro da renda nacional em contraste com o crescimento da renda da propriedade que chegou a 12 pontos percentuais. A segunda durou 6 anos, terminando em 2010, onde houve o crescimento dos salários na renda nacional e declínio do peso relativo da propriedade.

Representando 10% e 12% respectivamente. Essa situação permitiu, em 2010, que a repartição da renda nacional na variável rendas do trabalho e da propriedade, se equiparasse à de 1995. Ano inicial do processo de estabilização da moeda

O crescimento econômico, ressurgido após o neoliberalismo, possibilitou alterações na estrutura produtiva. Este crescimento foi marcado como influenciador direto da alteração na relação entre renda do trabalho e da propriedade no período ilustrado. O mercado mais fortalecido abriu portas para a expansão do setor de serviços. As políticas implementadas pelo presidente para atender a base social, classes trabalhadoras (elevação do valor real do salário mínimo, por exemplo), em conjunto com a situação de crescimento econômico e aumento do setor de serviços permitiram às classes populares trabalhadoras um fortalecimento ainda não conquistado até o momento, na economia brasileira. (POCHMANN, 2011)

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assume o Governo, ele traz um discurso assistencialista para a classe trabalhadora, um discurso em que o Governo se responsabilizaria a ajudar e a dar emprego, o que suscitaria com que a situação de instabilidade acabasse. É com esse discurso que Lula ganha a confiança da maioria da população, porém, nada acontece. O Brasil continua com o processo de desigualdade social, exclusão e desemprego durante seu mandato. Em janeiro de 2003 ocorre o aumento de forma impactante, para o trabalhador assalariado, a taxa de juros que de 0,5% passa para 1%, efetivando pagamento imediato de cerca de R\$ 500 milhões de juros da dívida pública ao dia. Com essa política, aumentam de forma exorbitante os lucros dos bancos, aumentando o pagamento da dívida pública e a concentração da renda brasileira na mão das 20 mil famílias mais ricas do país. O Governo ai se mostra mais preocupado com o pagamento da dívida do que com o assistencialismo prometido. A saúde, a educação, a segurança, ficam às margens de um interesse maior, o pagamento da dívida.

Lima (2012, p.11) confirma dizendo que “(...) o setor bancário continuou a se apropriar das maiores taxas de lucro da economia brasileira. Esse fato, por sua vez, denota a opção do governo Lula, qual seja, administrar a crise do capital e, nesse sentido, fica clara a política de prevalência aos parasitas do setor financeiro em detrimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do trabalho.”

Tabela 1: Gastos do Governo

milhões de reais

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Amortização da dívida	220.046	304.792	462.645	364.418	499.858	376.833	374.783	277.761	265.642
Juros da dívida	47.253	41.948	100.896	79.419	129.025	125.827	119.046	96.199	149.806
Assistência Social	5.298	6.513	8.416	13.863	15.806	21.551	24.653	28.660	33.107
Saúde	23.633	25.434	27.172	32.973	36.483	39.736	40.215	44.553	48.683
Educação	11.637	13.223	14.224	14.533	16.188	17.336	21.388	24.608	28.443

Fonte: STN

O quadro acima demonstra claramente a opção do governo Lula em seu período de vigência. O montante destinado ao pagamento da dívida é maior que a soma dos outros indicadores apontados.

O incipiente decréscimo do processo acumulativo pode ser explicado pela curva da Formação Bruta de Capital Fixo e do PIB brasileiro. A formação bruta de Capital Fixo demonstra o valor total dos investimentos fixos somados à depreciação em capital fixo (máquinas etc.) que a máquina pública e a empresa privada fazem ao longo dos anos. O índice demonstra o aumento da capacidade produtiva no país. No Governo de Lula houve uma diminuição no investimento do país, o que acelerou o empobrecimento da população às margens da sociedade. É uma relação diretamente proporcional com o emprego. Se não há investimento, não dá criação de emprego, ou seja, há o aumento da pobreza.

Segundo (PAULANI 2008) o Brasil cresceu menos na primeira década de 2000 do que na época dita “década perdida” em que se alega que o país tenha atingido índices nefastos.

Segundo Leda Paulani em seu livro “Brasil Delivery”, apesar de ser extremamente populista e defensor das camadas sociais, o Presidente sucessor de FHC, Luis Inácio Lula da Silva, manteve a postura do antigo presidente em muito de sua política durante os 8 anos vigentes. A autora elucida que o momento foi de continuidade e aprofundamento do modelo de FHC uma vez que as políticas de metas inflacionárias, ajustes fiscais e flutuação de câmbio foram mantidos. Porém, a instabilidade macroeconômica foi menor devido à redução das restrições externas.

(CARCANHOLO, 2005) afirma que a vulnerabilidade externa é fundamental para se entender a evolução da economia brasileira. Pode-se chamar de vulnerabilidade externa a habilidade de suportar pressões e choques externos, que é determinada pelos

custos do sistema de ajuste externo. É gerada pelo desempenho relativo do país em comparação aos outros. Em resumo, é o diferencial relativo de indicadores de inserção econômica internacional. O Governo Lula não apresentou desempenho superior ao de FHC no que tange a queda dos indicadores de vulnerabilidade.

Almeida, Manoel. (2009, p.279) diz: “(...) a vulnerabilidade em que ficou o país, em especial à crise da dívida externa, cujo peso recaiu sobre o ombro dos trabalhadores que tinham seus salários reduzidos pelos planos do governo serviçal do FMI e do banco mundial.”.

Ainda no âmbito internacional, Filgueiras e Gonçalves (2007, p.21) demonstram que a conjuntura internacional no governo lula era favorável. Elucidam:

“(...) No governo Lula configura-se um processo de adaptação passiva e regressiva do país ao sistema econômico internacional, em geral, e ao sistema mundial de comércio em particular. A maior competitividade internacional está centrada nos produtos intensivos em recursos naturais e se dá, no essencial, mantendo o mesmo padrão de especialização já existente. O governo Lula é responsável por anomalias como a forte apreciação cambial e a exportação de capital produtivo, bem como o pagamento de valores extraordinariamente elevados ao FMI em um contexto de melhora evidente das contas externas do país. Vale destacar que a manutenção das linhas de crédito junto ao FMI custou ao país 3,65 bilhões de dólares na forma de pagamento de juros e taxas de administração no período 2003-2006. Isto representou um enorme desperdício de recursos. A inserção passiva do país no sistema econômico internacional tem como resultado o aumento da dependência do crescimento do PIB em relação a demanda externa. Isto se deve, principalmente, ao crescimento da participação das exportações no PIB. O país tornou-se estruturalmente mais vulnerável frente as oscilações da conjuntura internacional”.

Os crescentes superávits comerciais ultrapassam os déficits estruturais da balança de serviços e rendas, causando uma real melhora da situação das contas externas no Brasil. As determinantes: apreciação cambial, fraca pressão da demanda interna e a queda dos salários reais, possibilitaram que as taxas de inflação caíssem a partir de 2003.

Por outro lado, apesar do contexto internacional positivo, o governo Lula foi marcado por baixo crescimento do PIB juntamente com baixas taxas de investimento e alto índice de desemprego, que, apesar de elevados foram inferiores aos níveis de FHC.

Ao fazer uma comparação, (FILGUEIRAS; GONÇALVES 2007) demonstram que no intervalo de 1990-2006, a renda real do Brasil teve um crescimento da taxa média anual de 4,5%. Por sua vez, Lula em seus mandatos teve a taxa média anual de crescimento do PIB de 3,3%, significando que obteve um índice 75% inferior ao da taxa de crescimento de longo prazo. Os autores completam ainda que em um intervalo de tempo de 30 mandatos da conjuntura histórica do país, Lula se classifica na 9ª pior posição, tendo o seu mandato caracterizado pelos autores de “pífio desempenho do crescimento da renda”. Fazendo uma análise geral da macroeconomia do Governo Lula pode-se observar que o governo teve desempenho desfavorável no crescimento econômico, no hiato do crescimento, na acumulação de capital e nas finanças públicas. Todavia, teve crescimento positivo no controle da inflação e no nível de endividamento externo.

(CALDAS, 2012) em reportagem explica que a melhora significativa na macroeconomia e a inflação mais controlada permitiram que as classes brasileiras fossem melhor se organizando e se planejando, podendo assim consumir mais, aumentar o seu crédito e conseqüentemente conquistar poder e espaço dentro do país. O economista elucida que este foi o marco do início da nova classe média, na visão do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Filgueiras ; Gonçalves (2007, p19) dizem que:

“(…) A abordagem da economia política reside no uso de um método de análise em que fenômenos econômicos estão vinculados diretamente à dinâmica dos interesses de grupos e classes sociais. Nesse método, a acumulação de riqueza depende das estratégias e políticas de Estado. E o Estado é o espaço privilegiado da disputa entre grupos e classes sociais. Portanto, a acumulação de riqueza está associada ao exercício do poder ideológico, político e econômico”

O cenário deixado por FHC não foi muito alterado por Lula em seu mandato. (POCHMAN, 2005), comprova que a diferença foi apenas uma pequena involução de cerca de 1,31 pontos percentuais no orçamento social no primeiro mandato de seu Governo e explica ainda que a queda foi motivada pelo aspecto econômico de 2003. Contrapõe, porém, concluindo que em relação aos gastos sociais, houve certa estabilidade entre os Governos de FHC e Lula. Uma pequena diferença entre os mandatos se deu na ênfase dos gastos sociais. Lula teve alta em assistência social (17,25%), desse número, 4% é representado pela previdência privada. Os outros índices

tiveram queda comparados ao governo antecessor, tendo destaque para habitação e saneamento que teve uma involução de 47,3%.

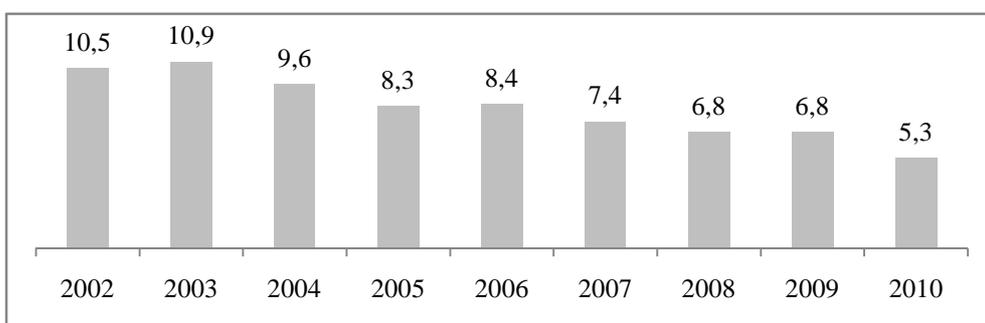
Ao assumir o comando do país, a atual presidente Dilma Roussef buscou manter as políticas do ex-presidente, companheiro partidário: assistencialista, neoliberal. A presidente não optou por mudar o modelo econômico deixado de herança por Lula. Dilma cortou gastos do Governo, pode-se dizer que o corte até ajudou a conter o Brasil diante à crise mundial no início do seu mandato. MACIEL David (s/d)

Sobre o mandato de Dilma, Maciel, David (s/d, p.2) elucida:

“(…) Mais uma vez, diante da situação de extrema vulnerabilidade externa, que torna o impacto da crise mundial ainda mais ameaçador, o governo recorreu ao receituário neoliberal mais duro, evidenciando seu compromisso orgânico com os interesses do grande capital, particularmente do capital financeiro, em detrimento das classes trabalhadoras, pois o corte de despesas, a maioria delas de caráter social, foi devidamente contra-arrestado pelo aumento automático na dívida pública motivado pela alta dos juros. A manutenção dos gastos com os programas das políticas sociais compensatórias como “ Bolsa Família” e “Brasil sem miséria”, faz parte da estratégia de conquista do apoio passivo das massas trabalhadoras desorganizadas (...)”

O Governo Petista no geral, segundo (SADER, POCHMANN et e tal 2013) trouxe um volume de empregos que foi suportado pela inserção de milhões de brasileiros no mercado de trabalho formal e na sociedade de consumo de massa. O autor completa alegando que o desempenho das economias é resultado de fatores que as vezes podem não estar interligados com a política econômica.

Gráfico1 : Taxa de Desemprego (%)

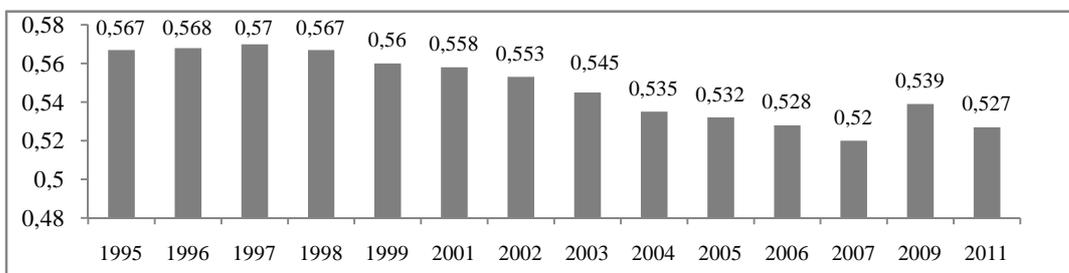


Fonte: IBGE. Retirado do site FEBRABAN

Como se pode observar ao longo do trabalho e com base no estudo de (PAULANI 2008) e (FILGUEIRAS; GONÇALVES 2007), mudanças na distribuição de

renda foram ocorrendo dentro do país. O índice de Gini é um indicador que permite medir a desigualdade social e apresenta dados no intervalo entre 0 (completa igualdade) e 1 (completa desigualdade) com a variável renda. O Índice de Gini consegue traduzir bem a realidade demonstrando quedas ao longo das décadas.

Gráfico 2: Índice de GINI

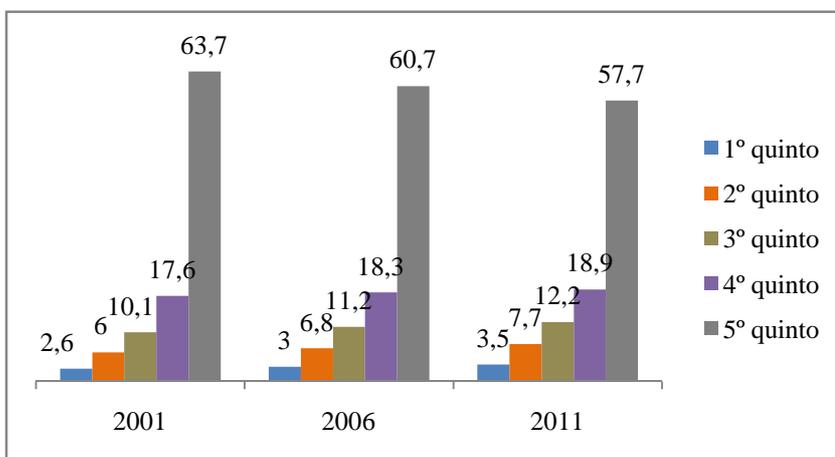


Fonte: IBGE

Defasado também é o discurso da atual presidente quando afirma que a meta do “Brasil sem miséria” foi atingida, ou seja, o Brasil teria erradicado totalmente o seu número de miseráveis. Em reportagem, o jornal Folha de São Paulo (19 de maio de 2013) comprova que o caminho não é exatamente esse. O governo ao fazer o cálculo não ajustou a inflação, que de acordo com a pesquisa ajustaria a base de R\$ 70 para R\$ 77,56, trazendo a tona 22,3 milhões de pessoas, de miseráveis.

No mesmo contexto pode-se perceber com o gráfico abaixo que a camada mais baixa da população (1º quinto) cresceu muito pouco a sua renda em proporção à última camada (5º quinto). Apesar de que o último quinto ter apresentado queda, proporcionalmente, o crescimento do 1º quinto não acompanhou.

Gráfico 3: Renda da população brasileira



Fonte: IBGE

(SCALON; SALATA 2012) elucidam que independente do ponto de vista, seja de distribuição de renda ou da formalidade do emprego, a década atual tem trazido melhorias para os cidadãos brasileiros. São essas melhoras que trazem a expansão da dita “nova classe média”.

Pode-se chamar o aglomerado populacional que teve sua condição favorecida frente a esse contexto macroeconômico de nova classe média realmente?

3.2 Classe média brasileira:

É claro que a estrutura das relações trabalhistas mudou no país. Veio mudando desde os primórdios. Em meados do século XX essa figura social começou a de fato se estabelecer, porém pode-se ter como marco da classe média brasileira o processo de substituição das importações que trouxe a expansão substancial desta classe. (SCALON; SALATA 2012).

O período corrente na terceira etapa dos anos 90 trouxe para o Brasil um processo forte de industrialização e crescimento da economia. O fenômeno permitiu expansão também da classe média, que aparece nesse contexto meio a uma grande diversidade da estrutura social brasileira. O perfil dessa camada foi se modificando ao mesmo tempo, trazendo como consequência o aumento dos assalariados e a criação das ocupações medianas. As mudanças na sociedade e no modo de industrialização e trabalho trouxeram mudanças também no perfil da chamada classe média.

Verdadeiras alterações na classe média, porém, só podem ser observadas de fato a partir da década de 90, que trouxe consigo mudanças no mercado de trabalho. É nessa época que começam a surgir os serviços terceirizados e a concorrência obrigava as empresas a demitirem seus funcionários e reduzirem seus salários em busca de redução de custos.

Nessa época tem-se também o início das privatizações estatais, objetivando a redução do orçamento. O resultado desses acontecimentos é o aumento do setor de serviços e dos pequenos proprietários, os identificados como classe média. (POCHMAN, 2006)

O mercado interno brasileiro sofre com a concorrência por produtos internacionais no início dos anos 2000, indispensável à criação de uma melhor política

para reestruturar a produção interna e diminuir os efeitos negativos da abertura internacional. Ocorre então o aumento da informalidade de nosso mercado, motivado pela falta de investimento que traz como consequência uma ineficiência no nível de absorção de mão de obra, forçando os brasileiros a uma escapatória que é criar o emprego informal. (POCHMANN, 2010)

O Governo brasileiro trouxe hoje um novo conceito de classe média e defende ser um país de classe média. Dentro deste conceito, a máquina pública chama de classe média os estratos consumidores, divide os cidadãos em “os que consomem, os que não consomem e os que consomem de forma mediana” e chama esta terceira classificação de “nova classe média brasileira”. Alega que é uma “classe” em expansão e tem orgulho de demonstrar este percentual para o mundo. No fundo, a real preocupação do Governo é em demonstrar uma realidade, um status para o mundo, que na realidade mascara o atual cenário das classes sociais já que as separa por consumo. Percebe-se que o Governo dito dos trabalhadores, dito assistencialista, tem no fundo outras intenções.

A classificação traz para o Brasil a ilusão de aproximação do país ao contexto internacional. Alega que o país, por consumir mais, é um país de maioria mediana e não mostra a realidade de pobres miseráveis marginalizados à sociedade. Nega sua raiz, nega sua atual condição.

O novo Governo comemora frequentemente o aquecimento da economia e a expansão da classe média, ou classe C, “nova classe média”. Este grupo, segundo pesquisa do economista Marcelo Neri da FGV, representa 53% da população e é composta por aproximadamente 100 milhões de brasileiros com capacidade de ter seu carro próprio, possuidores de trabalho formal com carteira assinada, computadores etc.

O atual valor adotado para a divisão de classes brasileira segue abaixo:

Considerando o Salário Mínimo (SM) no valor atual de 2013 (678 reais)

Classe	Quantidade	Valor mensal	Valor diário
Classe A	Acima de 20 SM	Acima de 13.560	Acima de 452
Classe B	De 10 a 20 SM	De 6.780 a 13.560	De 226 a 452
Classe C	De 4 a 10 SM	De 2.712 a 6.780	De 90,40 a 226
Classe D	De 2 a 4 SM	De 1.356 a 2.712	De 45,20 a 226
Classe E	Até 2 SM	Até 1.356	Até 45,20

Fonte: IBGE

Pochmann (2011, p.11) diz “O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como nova classe média”.

O autor continua com o discurso talvez não seja um equívoco conceitual chamar esses trabalhadores de classe média, seria “expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais (...)” (p.11). Conclui destacando a percepção sobre a emergência desta massa, alegando que a mesma resulta de instituições sem preparo algum que foram criadas para acionar os interesses da classe trabalhadora, como sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Silvio Caccia Brava em texto para o *Le monde Diplomatique* elucidada:

“O conceito que se impõe, pela força que tem a lógica do mercado é o da capacidade de consumo. A classe média, nesse caso, se define por sua capacidade de consumo. E como o aumento da capacidade de consumo do brasileiro mais pobre tem se elevado, isso abre espaço para uma operação ideológica que é chamá-lo de classe média e reforçar a ideia de ascensão social, de que ele está melhorando de vida. Essa visão pretende que o povão apoie o governo e busque, nas eleições, a continuidade dessas políticas que o favorecem.” (p 3)

Completa demonstrando que a realidade desta “nova classe média” é outra visto que as melhorias são limitadas. “(...) não estamos falando de uma sociedade de bem-estar. Acima de uma renda de 530 por mês aqui no Brasil, você é classe média. Explico-me: o governo define que a classe média parte de R\$ 1740 e vai até quase R\$ 8000 de renda familiar mensal. O IBGE alega que a família é composta em média por 3,3 pessoas. Então façamos a conta, RS 1740 dividido por 3,3 pessoas é igual a RS 527,27. Ai começa a classe media baixa com uma capacidade de consumo de 17,57 por dia. Esses brasileiros não são classe média. São pobres que melhoraram um pouco de vida. Seus valores, suas referências, são distintos da classe média.”

A classificação desses novos trabalhadores em classe média esconde as desigualdades e traz uma realidade meramente política e *marketeira* ao cenário. Podemos chamar essa nova concepção governamental de classe? De média? De classe média?

3.3 O que é classe social?

Pode-se definir classe como as diferentes posições dentro da sociedade que mantêm as pessoas distanciadas realmente no espaço social. Os motivos deste afastamento podem ser os mais diversos: sociais, econômicos ou culturais.

Diversas modificações na relação entre patrões e trabalhadores ocorreram ao longo do desenvolvimento do mundo. Seguindo as suas contradições inerentes, à medida que se caminha para o desenvolvimento, ocorre um aumento na composição orgânica do capital, provocando o desemprego, necessário aos patrões, que devem ter sempre uma massa disponível para ser explorada a um baixo custo para o capital se reproduzir e gerar a mais-valia. Dessa situação nascem as constantes e incessantes lutas sindicais que tentam não fazer do trabalhador um objeto de exploração. Sem sucesso. Os mais fortes ficaram com o excedente e assim começaram a se desenvolver os muros sociais.

A nosso juízo tem razão Lenine (1976, p. 435) ao afirmar que:

“Se chama de classes sociais vastos grupos de homens que se distinguem por seu lugar ou pelo lugar que eles ocupam em um sistema historicamente definido da produção social, por sua relação (a maior parte do tempo fixada e consagrada pelas leis) vis a vis os meios de produção, por seu papel na organização social de trabalho, portanto, pelos modos de obtenção e importância da parte das riquezas sociais que eles dispõem. As classes são grupos de homens dos quais um pode se apropriar do trabalho do outro, por causa do lugar diferente que ele ocupa em uma estrutura determinada de economia social.”

No mesmo sentido Poulantzas (1974, p.13) diz que: “As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica”.

Elucida ainda que:

“(…) Pode-se dizer assim que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas, A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura da divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação da estrutura – relações de produção lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta das classes.” (p.14)

A estreita relação entre produção e lucro define bem o que é classe. Pode-se concluir que classe vem da exploração econômica, da opressão política e da cultura, gerando desigualdades e privilégios.

3.4 O que é classe média?

O Brasil hoje é possuidor de cerca de 194 milhões de habitantes distribuídos por 5 regiões demográficas. É um país marcado pela desigualdade social, porém em busca de crescimento, constante controle da inflação e mudanças na dinâmica social.

Falando-se em âmbito nacional, a classe média brasileira é identificada pelo seu poder de consumo e renda, dentro da sociedade.

Quando o Governo dá o título de nova classe média para esses cidadãos, toma decisões de incentivo como redução de impostos, aumento do crédito, aumento da condição de pagamento, traz a ilusão de que os cidadãos estão mais aptos para financiar a sua própria vontade. Alimentar o consumo então se torna indispensável e indissociável à dinâmica governamental. Essa iniciativa traz no fundo uma utopia quando incentiva o consumo, quando incentiva que comprem carros, que parcelem em até 60 meses seu sonho da casa própria, ilusão essa que as pessoas de fato acreditam e seguem. Ocorre, porém, por outro lado, um endividamento grande. Na hora do pagamento, a “nova classe média” não suporta e corre um alto risco de quebra. O risco de crise então se torna iminente.

Os programas sociais do Governo como (Bolsa Família, Brasil sem miséria, Brasil Carinhoso dentre outros) trazem sim um aumento na renda desses novos trabalhadores que em consequência aumentam seu padrão de consumo. Esse é o fator que explica o aumento da renda da população atualmente e não a criação de novos postos de trabalho, como deveria ser.

O contraponto dessa situação é o aumento do endividamento interno. Segundo dados do Banco Central (BACEN) o endividamento hoje gira na casa de 25% do ganho mensal da população.

“Dados do Banco Central mostram que, nos últimos cinco anos, o número de brasileiros com dívidas superiores a 5 mil reais, considerando todos os tipos de empréstimo, saltou de 10 milhões para 25,7 milhões”. Folha de São Paulo (24 de outubro de 2010)

Os dados demonstram o despreparo do Governo e empresas frente o aumento deste consumo, além de tornarem passível de atenção um cenário de possível inadimplência frente aos bancos.

Segundo reportagem de O Globo (27 de maio de 2013) nunca houve um endividamento por parte das famílias brasileiras tão alto quanto o registrado atualmente. O Banco Central demonstra índices de endividamento na casa de 44% o que representa que o valor que as famílias devem aos bancos é quase metade do que ganham durante todo o ano. A reportagem aponta a facilitação do acesso ao crédito bancário no país que alavancou de 28% para 54% do Produto Interno Bruto (PIB).

Quem são esses trabalhadores intermediários ou médios?

Em sua maioria, trabalhadores com jornadas de trabalho de 10 a 14 horas, com dois empregos, vida árdua com o objetivo de consumir mais do que consumia antes. Pode-se chamar de busca por um status que antes não existia. É como se a realidade fosse mascarada. As classes médias são manipuladas politicamente em cada período da história brasileira.

“A classe média está comprando computador, automóvel. O Brasil vive um momento interessante na sua classe média. Depois de anos de redução, desigualdade e miséria, floresce a nova classe média.” (Jornal O Globo, 08 de Agosto de 2008).

Segundo a Secretaria de Assuntos Especiais do Governo SAE, a classe média é constituída por todos os brasileiros que possuem renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1019 mensalmente. Correspondendo a cerca de 53% da população total do país. É nesse número que o Governo atual se firma, assim, se orgulhando da posição e mostrando para o mundo o seu “desenvolvimento”.

Em sentido amplo, a SAE divide a “nova classe média” entre baixa classe média, a classe média e a alta classe média. Conforme quadro abaixo. A definição foi criada com base em critérios de vulnerabilidade (possibilidade da renda diminuir). A Secretaria afirma que considerou o padrão de despesas das famílias e gastos com bens indispensáveis (remédios, aluguel, energia, alimentação, saneamento) e os supérfluos (plano de saúde, consultas médicas, telefone fixo) (Jornal G1, 20 de maio de 2012)

Renda Per capita de acordo com a Secretaria de Assuntos Especiais do Governo (SAE):

Grupo	Renda per capita
Extremamente pobre	até RS 81
Pobre, mas não extremamente pobre	Até RS 162
Vulnerável	Até RS 291
Baixa classe média	Até RS 441
Média Classe média	Até RS 641
Alta Classe média	Até RS\$ 1019
Baixa classe alta	Até RS 2480
Alta classe alta	Acima de 2480

Fonte: SAE

(CHAUÍ, 2012) defende que o conceito adotado pelo governo é distorcido visto que a classe social é a maneira pela qual a classe se insere na relação com os meios sociais privados de produção. O que ocorre de fato é um avanço nas condições das classes trabalhadoras e não uma ascensão das mesmas à classe C.

Elucida em seu discurso que: “(...) Dispor de um conjunto de bens de consumo de massa e dispor de um conjunto de direitos sociais não significa mudar a classe. Significa que a classe conquistou o seu direito, o seu lugar.”.

Completa afirmando que: “Nova relação da classe trabalhadora com o universo do consumo de massa com os direitos civis, privados etc. Não significa ser classe média.”.

O que se tem atualmente é a banalização do termo classe, restringindo-o ao nível de renda e consumo (YACCOUB 2010). Não é possível determinar que o mero aumento na renda e no consumo da população irá garantir à camada melhores condições de saúde, educação, maior assistência do governo, cultura e até mesmo um novo estilo de vida. A classificação assim se torna rasa e o contexto, vago. (YACCOUB 2010) completa trazendo a ideia de que não é correto dizer que se as pessoas consumirem mais e aprenderem a ser consumidores mais exigentes terão a consequência de se tornarem cidadãos atuantes e irão assim reivindicar por seus direitos.

(CHAUÍ 2013) classifica esse grupo de trabalhadores com poder de compra não como “nova classe média”, mas sim como “nova classe trabalhadora” uma vez que os mesmos não possuem postos melhores no mercado. Estudam em escolas públicas, não têm acesso à boa qualidade de saúde etc, porém são distintos das classes D e E já que, segundo (SOUZA 2010), possuem famílias mais estruturadas e com mais estímulo para o trabalho. Poupar agora para ter mais no futuro, este é o lema que caracteriza a nova camada de trabalhadores.

Yaccoub (2011, p.217) elucida que: “(...) seus integrantes vivenciaram um aumento de renda devido ao trabalho duro, no entanto almejam pertencer à classe média a partir do consumo de produtos, prestigiosos e valorizados, mas não possuem hábitos de classe média.”

(FONSECA 2012) afirma ser inquestionável o aumento do poder de consumo e acesso a bens duráveis por parte desta camada de novos trabalhadores, mas, e com relação ao exercício da cidadania? E, mais especificamente, quanto aos direitos sociais destes trabalhadores? Após a ascensão econômica, estes trabalhadores, embora não adentrem de fato a classe média, são desconsiderados pelas políticas sociais focalistas como Bolsa Família, mas continuam dependentes de outros serviços públicos básicos como saúde e educação que continuam historicamente precarizados. Esta realidade revela uma extrema contradição na política social implementada pelo Governo Federal e, mais ainda, que deste ponto de vista estes trabalhadores continuam desamparados em relação aos direitos fundamentais, restando-lhes o mercado como opção para a aquisição destes serviços no meio privado.

POCHMANN corroborado por CHAUÍ, asseveram que o fenômeno hoje existente no país não é de uma nova classe, ou de uma nova classe média. Ocorre sim o que POCHMANN confirma “(...) uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais. incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil”.

Pode-se afirmar, corroborando as visões acima apontam para uma “diversificação da classe média com o fomento de alguns setores de base, porém com clara e evidente desigualdade social”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O trabalho exposto elucidou a forma com que uma camada específica da população surgiu, seu comportamento nas últimas duas décadas e de que forma ela se insere na economia atual. Esta camada é denominada nova classe média, porém esta nomenclatura é adequada na atual situação brasileira?

O presente estudo teve como intuito verificar, através da literatura e bibliografia coerente, a veracidade deste termo assim como responder a pergunta - realmente o que o Governo chama de “nova classe média” existe? - tendo como base a orientar a discussão os conceitos estabelecidos dentro de diversos ambientes, inclusive filosófico e macroeconômico.

Pode-se observar, por sua vez, que o conceito adotado não é adequado. Ocorre atualmente no país uma herança evolutiva de uma classe de trabalhadores com um novo aculturamento voltado para o consumo. Hoje, a classe trabalhadora se preocupa com maior desenvolvimento profissional, com acúmulo de renda, que somados às melhoras no ambiente macroeconômico, os permitem ter acessos a bens de consumo antes fora de sua realidade, porém não os torna isentos de déficits governamentais como saúde, educação, segurança, transporte entre outros.

Não existe o surgimento de uma classe média nova, existe sim uma melhoria na condição de vida de parte do proletariado. Posição favorável para o país que funciona melhor com o aumento do consumo e melhoria dos padrões de sua população, porém utopia para os que almejam chegar às classes superiores, ou que acreditam pertencer a ela. A melhoria superficial de renda de uma faixa pobre da população não a transforma em classe média.

Situações de desigualdade social, de miséria e de desemprego, ainda permanecem fortes no país, apesar dessa relevante melhoria macroeconômica nacional, o que reforça a condição de país subdesenvolvido e ainda distante dos padrões internacionais.

O Brasil ainda está distante de se tornar um país de classe média, principalmente se mantiver o foco nas políticas de assistência social como Bolsa Família, Brasil carinhoso etc, que apenas transitam o problema, tirando-o de hoje e levando-o para o futuro.

Bate-se na tecla que a solução é qualificação da educação de base e criação de mais empregos que façam sentido. É a extinção de projetos que não trazem estímulo para o desenvolvimento e sim mera dispersão de renda sem contrapartida na produção, vez que não emprega.

A dita melhora de renda no estrato pobre da população não a transforma em classe média. Mudança de renda não decifra mudança de classe social. (SOUZA 2010) afirma em seu artigo que dizer que aumento de renda é transformação em classe social abre espaço para traduzir o Brasil em uma sociedade como “ajuntamento de indivíduos” que não possuem passado ou história, que não possuem conexão. Classe social não é renda, não é consumo, é produção!

Admitir que temos hoje uma “nova classe média” é assumir que nos tornamos aquilo que não somos. O estrato de dominação brasileira não é o estrato médio e sim o estrato pobre, miserável e esquecido pelo Estado. Corrobora-se a visão de (BAVA 2010) em entrevista diz que:

“O termo “nova classe média” maquia o sofrimento e a dor da superexploração desse novo regime de trabalho. A percepção das ambiguidades e das contradições é o que separa a ciência da ordem da ciência crítica.”

Por fim, concordamos com a visão do sociólogo Jessé de Souza onde afirma que a dimensão econômica das classes sociais não pode ser vista isoladamente do outros fatores. O autor completa ainda afirmando que o conceito serve para acobertar os conflitos sociais e injustiças alastradas.

Souza, 2013, em entrevista, Elucida:

“Quando se percebe as classes economicamente, pelo salário, pelo resultado do processo e esquecendo, portanto, a “gênese social das diferenças individuais”, o que se faz é encobrir conflitos sociais e justificar com recursos pseudocientíficos o mundo injusto como ele é. (...) A classe social implica uma forma específica de perceber e atuar no mundo em todas as dimensões, ou seja, o pertencimento de classe constrói uma “condução da vida” muito singular, e isso não pode jamais ser inferido a partir do nível de renda. Na verdade, o que ocorre com esta associação entre classe e renda é não apenas uma inversão entre causa e efeito, mas o produto perfeito de uma percepção rasa e superficial do mundo de fio a pavio (...) É uma pena que tenhamos uma esfera pública tão empobrecida que seus limites sejam os limites da – sempre mesquinha, posto que mais

interessada na própria reprodução do que na inovação e produção de uma agenda nova – disputa partidária.”

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Débora; FONSECA, Gabriela. **“Nova classe média” brasileira: cidadãos plenos ou consumidores ávidos?** . Simpósio Nacional sobre democracia e desigualdades. Brasília 2012. Disponível em:
<<http://www.slideshare.net/gabrielafonseca77398/nova-classe-mdia-brasileira-cidados-pletos-ou-consumidores-vidos>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.
- ALMEIDA, Manoel Donato. **Neoliberalismo, privatizações e desemprego no Brasil (1980-1998)**. Campinas. (Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), 2009, p.308. (Tese de doutorado)
- BAVA, Silvio Cacia. Reportagem Le Mond Diplomatique Brasil. **“Uma nova classe social”** Entrevista a Jessé de Souza. Disponível em:
<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=804>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.
- CAMPOS, Lauro. **Inflação: “um problema metodológico - além do estruturalismo enganado”**, BSB, SF, 1999.
- CÂNDIDO, Keila. Revista Exame.com . Tópico CPS. Editora noticia. Publicado em 16/08/2012. **“Avanço da nova classe média prossegue, diz especialista.”** Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/oc1277.pdf>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.
- CENAS DO BRASIL.n26 de outubro de 2012. Programa de TV. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=oNrs7Pxzg7M>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.
- CHAUÍ, Marilena. Vídeo disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=H1nZeCncZps>>. Acessado em: 01 de junho de 2013.
- CHAUÍ, Marilena. Vídeo disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=9RbBPVPybpY>>. Acessado em: 01 de junho de 2013.
- FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.
- FRANÇA, Marta Amaral. **A “classe média brasileira”: um estudo socioeconômico recente**. Rio de Janeiro. 2010. Dissertação do Programa de mestrado em estudos populacionais e pesquisas sociais. Disponível em:
<http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1f353211-f97a-47ed-8dd9-bc9622c976b1&groupId=37690208>. Acessado em: 15 de maio de 2013.
- IBGE: Síntese de indicadores sociais. **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudo e Pesquisas Informação demográfica e socioeconômica número 29. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acessado em: 10 de junho de 2013.

LE MONDE Diplomatique Brasil – **Sociedade. O lugar da classe média.** Maio de 2012. Ano 5/ número 58.

LE MONDE Diplomatique Brasil – **Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil.** Novembro de 2010. Ano 4/ número 40. Novembro. A nova classe média.

LENINE, VI Obras Completas. Editions Sociales - Paris Editions de progrès. Moscou 1976.

LIMA, Carlos. **Violência e exploração na dominação do capital**, 2012.

MACIEL, David. **De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política.** Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf>. Acessado em 30 de junho de 2013.

MAGALHÃES, João Carlos. **Indicador defasado ‘esconde’ 22 milhões de miseráveis no país. Brasília.** 19 de maio de 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1281132-indicador-defasado-esconde-22-milhoes-de-miseraveis-do-pais.shtml>>. Acessado em: 01 de junho de 2013.

NAKAMURA, Danilo Chaves. **“Nova classe média? Buscando respostas num velho debate sobre os limites do capitalismo”** julho de 2012. Salvador BA. Resenha do Livro: Nova classe média? Disponível em:

<<http://oolhodahistoria.org/n18/artigos/nakamura1.pdf>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

NERI, Marcelo. 2008. **A Nova Classe Média.** Rio de Janeiro/RJ. CPS. Disponível em:<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres.** Rio de Janeiro/RJ. CPS Fundação Getulio Vargas. 2010. Disponível em:

<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

PAULANI, Leda. **Investimentos e servidão financeira**, In. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTO, Nathália França Figueiredo. Resenha: **“Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?”** Texto original: SOUZA, Jessé de. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Disponível em:

<http://opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Resenha_Nathalia12.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

POULANTZAS, Nicos. **Les classes sociales dans Le capitalisme aujourd’hui”.**

Traduzido da primeira edição, Paris: Editions Du Seuil, 1974.

QUADROS, Waldir. **Brasil: um país de classe média?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2010.

Reportagem Folha de São Paulo “**Serasa aponta risco de superendividamento; 39% da renda no Brasil vão para dívidas.**” Carolina de Matos . Publicado em 24/10/2010. As 7:59 de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/819395-serasa-aponta-risco-de-superendividamento-39-da-renda-no-brasil-vaio-para-dividas.shtml>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

Reportagem Folha de São Paulo. “**Indicador defasado esconde 22 milhões de miseráveis do país**”. 19/05/2013. João Carlos Magalhães. Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1281132-indicador-defasado-esconde-22-milhoes-de-miseraveis-do-pais.shtml>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

Reportagem, **Classe média tem renda per capita entre R\$291 e R\$ 1019, diz governo.** 30/05/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/classe-media-tem-renda-entre-r-291-e-r-1019-diz-governo.html>>. Acessado em: 01 de junho de 2013.

SADER, Emir et e tal. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo. Boitempo, 2013. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf>. Acessado em: 01 de junho de 2013.

SALATA, André. SCALON, Celi. **Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica.** Sociedade e Estado vol. 27 nº2 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922012000200009&script=sci_arttxt>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

SALATA, Andre. **Notas sobre a nova classe média brasileira.** Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/texto_andre_salata_classe_media.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

SOUZA, Amaury. LAMOUNIER, Bolívar. **A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro/RJ. Elsevier. 2001.

SOUZA, Jesse. Entrevista ao Instituto Humanas. Unisinos. Em 02 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516686-nova-classe-media-um-discurso-economicista-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>>. Acessado em: 28 de junho de 2013.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VALENTE, Gabriela. Reportagem O Globo “**endividamento das famílias bate recorde: 43,99% da renda**”. Publicado em: 27/05/2013 as 18:50. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-bate-recorde-4399-da-renda-8516655>>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

YACCOUB, Hilaine. **A chamada “Nova classe média”: Cultura material, inclusão e distinção social.** In: Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 17. N 36 p 197-231. Acesso em: 12 dez. 2011. Disponível em:

http://www.retsus.epsvj.fiocruz.br/upload/42/Retsus42_Entrevista.pdf >. Acessado em:
15 de maio de 2013.